



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 358821/16
ASSUNTO: REQUERIMENTO INTERNO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

ACÓRDÃO Nº 2822/16 - Tribunal Pleno

Requerimento Interno – Admissão de pessoal complementar – Análises dos processos complementares adstritas à verificação do SIM-AP – Julgamento em lote – Precedentes desta Corte – Pelo Registro

1. RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento Interno por meio do qual a Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, visando à redução do estoque existente naquela unidade, propôs a esta Presidência, para deliberação conjunta, em caráter excepcional, a avocação de processos de admissão de pessoal complementar, relacionados às fls. 3/16 da peça nº 2, cuja análise do processo principal já foi realizada obtendo resultado favorável ao registro dos atos.

Conforme informado pela unidade técnica, no processo de admissão de pessoal inicial é realizado exame acerca da regularidade do certame, o que resulta em um escopo reduzido para os processos complementares.

Deste modo, a análise dos processos complementares ficou adstrita à verificação da ordem classificatória dos candidatos, ao cumprimento do prazo de validade do concurso, observando-se a regularidade das admissões individualmente analisadas, com exame do SIM-AP (verificação do limite de idade, limite da LRF e existência de acúmulo de cargos).

A unidade técnica aduziu que o presente pedido está sendo formalizado nos moldes dos processos nº 630579/15, 449408/15 e 28267/16, nos quais foram julgadas em lote diversas admissões de pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Considerando que a medida objetiva a celeridade, a efetividade e a eficiência dos trabalhos realizados pela Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, e, de forma reflexa, da atuação desta Corte, esta Presidência, acolhendo a proposta formulada, determinou em caráter excepcional a avocação da competência dos processos então selecionados, e o respectivo apensamento ao presente expediente, nos termos do Despacho nº 2033/16-GP (peça nº 3).

É o relatório.

2. VOTO

Consoante ressaltou a Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, nos termos do Ofício nº 14/16 (peça nº 2), o julgamento em lote de tais processos objetiva a redução dos expedientes em estoque naquela unidade e a liberação de mão-de-obra técnica para uma atuação mais eficaz e atualizada na fiscalização de atos de pessoal.

Vale salientar que procedimento similar já foi adotado nos processos nº 877247/13¹, nº 86830/14 e, mais recentemente, no processo nº 28267/16.

Relativamente aos autos nº 86830/14, cumpre destacar o entendimento exarado pelo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, relator do Acórdão nº 1179/2015 – Primeira Câmara, segundo o qual tal procedimento está em consonância com a nova visão do Tribunal de Contas, uma vez que a alteração do Regimento Interno, implementada pela Resolução nº 50/2015, estabeleceu a competência do Presidente para a homologação de atos de inativação, pensão, revisões de pensão e de proventos analisados eletronicamente e considerados regulares pelo sistema.

Por meio de tal metodologia, os processos serão analisados individualmente pela Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, e os que forem considerados aptos para o registro serão relacionados em lista, sendo submetidos à homologação do Presidente.

¹ No qual, mediante proposta do Presidente à época, Conselheiro Artagão de Mattos Leão, foram aprovados os registros de 1.013 atos de inativação que tramitavam nesta Corte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Não obstante o presente expediente versar acerca de ato de pessoal cuja natureza não foi contemplada pela Resolução nº 50/2015, é possível afirmar-se, por similitude de procedimento, que o julgamento em lote das admissões ora tratadas está de acordo com a nova proposta institucional desta Corte, não afastando outros atos e fatos que eventualmente sejam constatados em outros procedimentos fiscalizatórios deste Tribunal.

Ainda, salutar ressaltar que o presente processo foi autuado nesta Corte na data de 29 de abril de 2016 (peça nº 1). Logo, é anterior à edição da Instrução Normativa nº 117/2016, a qual foi publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas nº 1361, em 18 de maio de 2016.

Tal ato normativo estabeleceu, no âmbito desta Corte, procedimento especial para a instrução dos processos de aposentadoria, reserva, reforma, pensão e admissão de pessoal que ingressaram neste Tribunal anteriormente à implantação do Sistema Integrado de Atos de Pessoal – SIAP. Contudo, seu artigo 11 dispôs que a vigência da Instrução iniciaria a partir da data da publicação.

Diante do exposto, **VOTO** pelo **registro** dos atos de admissão de pessoal constantes nos seguintes processos:

7329/11	22570/11	34130/12	27015/16
7758/12	26958/11	34220/12	31128/16
10321/10	29221/11	40220/12	36855/16
14572/10	48285/11	40254/12	55485/16
15919/10	66062/11	40602/12	68072/16
47136/10	74979/11	40897/12	72576/16
49279/10	82211/11	41056/12	523486/06
79895/10	86314/11	59362/12	551161/06
10121/11	94716/11	28999/13	590930/06
17215/11	16744/12	56356/13	147089/07
18440/11	34033/12	64854/15	267530/07



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

380298/07	211302/10	498083/10	130411/11
507344/07	278660/10	500088/10	134190/11
651119/07	286060/10	500096/10	144366/11
114885/08	300160/10	500606/10	152407/11
191278/08	300704/10	515298/10	181180/11
213077/08	324417/10	525099/10	181199/11
447213/08	325413/10	544573/10	181202/11
569327/08	333440/10	588228/10	187502/11
160961/09	336091/10	594732/10	201726/11
208212/09	363838/10	598967/10	204040/11
351783/09	391750/10	600210/10	215689/11
450153/09	391785/10	600295/10	221751/11
515166/09	399280/10	602115/10	226648/11
517975/09	402337/10	602476/10	235370/11
540020/09	407681/10	603391/10	242104/11
540047/09	408700/10	606749/10	242155/11
540055/09	410739/10	636630/10	242945/11
551863/09	421544/10	660069/10	247602/11
561281/09	423156/10	660352/10	251804/11
124485/10	436762/10	675236/10	251839/11
147752/10	444617/10	675775/10	260110/11
199639/10	448388/10	676658/10	272232/11
203458/10	453438/10	706026/10	275916/11
203466/10	473544/10	110445/11	287221/11
205639/10	476055/10	122389/11	300511/11
206970/10	494983/10	123709/11	300597/11



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

308288/11	429930/11	567682/11	698183/11
331514/11	430024/11	567933/11	700404/11
331883/11	438661/11	569855/11	705473/11
338624/11	442022/11	574506/11	712615/11
339795/11	442049/11	579630/11	713751/11
342540/11	444521/11	586040/11	717404/11
343113/11	465863/11	587870/11	721592/11
343270/11	466568/11	598707/11	728236/11
346384/11	466606/11	607943/11	730478/11
347909/11	467262/11	621954/11	733655/11
348069/11	481400/11	624171/11	743553/11
356720/11	492054/11	626646/11	749730/11
364927/11	504737/11	626786/11	117567/12
365788/11	511156/11	631046/11	118830/12
372075/11	511440/11	635238/11	130156/12
375724/11	516778/11	638342/11	133899/12
393234/11	518983/11	639446/11	142723/12
396969/11	520724/11	668187/11	151439/12
414320/11	520970/11	668195/11	151807/12
415467/11	522093/11	669167/11	152552/12
419721/11	522891/11	676457/11	154571/12
424083/11	529764/11	677178/11	155756/12
424440/11	552723/11	677593/11	163461/12
424458/11	564012/11	686240/11	184276/12
424598/11	565302/11	686355/11	205164/12
426183/11	565353/11	693548/11	213264/12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

213691/12	671843/12	562541/13	203565/15
216131/12	677655/12	638781/13	316874/15
246980/12	718726/12	647415/13	323498/15
262056/12	734632/12	839985/13	331814/15
273392/12	756067/12	873466/13	355683/15
306169/12	789380/12	257475/14	376915/15
321591/12	820164/12	269830/14	382575/15
350478/12	128345/13	371618/14	440044/15
388319/12	131788/13	388588/14	456854/15
392596/12	179160/13	419017/14	532348/15
406651/12	202049/13	430843/14	546640/15
424080/12	205048/13	432757/14	641481/15
444928/12	210114/13	529564/14	661709/15
456217/12	216732/13	547732/14	664317/15
483060/12	219251/13	564319/14	682293/15
486485/12	224719/13	573431/14	682757/15
487228/12	225839/13	602091/14	690300/15
508063/12	235800/13	728656/14	745929/15
510211/12	246674/13	768321/14	753182/15
521698/12	254618/13	774127/14	797660/15
555754/12	259326/13	812169/14	832546/15
631280/12	300806/13	847708/14	843700/15
633291/12	370561/13	121372/15	859932/15
643386/12	393642/13	149714/15	879291/15
643920/12	407015/13	165256/15	919196/15
657077/12	434594/13	180530/15	925455/15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

943259/15	544337/12	45760/12	428741/14
959066/15	255001/11	612882/11	650730/12
968014/15	236772/12	718745/11	660284/13
189469/16	299600/12	326096/10	885492/14
286430/16	872591/13	378940/10	385368/14
286715/16	318158/10	490538/10	494302/14
1021160/14	384738/10	525714/10	496778/13
1052562/14	328208/14	611114/10	566750/13
1052821/14	531387/13	695130/10	594676/14
1103256/14	544296/14	209965/13	689703/13
1153482/14	599452/11	2425/14	772511/13
1156589/14	761196/13	394576/13	141723/11
1169915/14	806122/13	513296/12	152571/11
217000/15	308698/08	546744/14	248277/11
335160/15	357344/13	648615/11	35205/11
44349/15	960346/14	703349/11	407529/11
486656/15	1082577/14	174021/12	171851/11
576043/15	480816/14	569138/11	347992/11
638294/15	628805/14	1064595/14	109255/14
697576/15	722046/14	544199/14	228130/14
88958/15	912961/14	728877/14	247247/13
257102/13	28076/12	418504/11	320769/13
85210/14	407782/11	659510/11	4970/13
204033/13	574484/11	910167/13	553623/13
337854/12	243608/14	539476/11	558745/12
473450/13	244902/12	278606/13	658596/12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

733237/12	4504/15	464574/13
850179/12	491559/14	765833/13
873440/13	495590/15	726761/12
915754/13	50239/14	385274/11
339056/14	568934/14	72569/11
650517/14	678353/13	273350/12
688398/12	701413/14	396749/13
472867/12	772163/13	401335/13
509160/13	784718/14	347110/13
674722/13	8334/14	611778/12
655252/12	888246/14	83476/12
34913/13	269968/13	1149167/14
460125/12	562596/14	762109/13
184333/11	858041/13	819402/13
113855/12	173998/12	729512/14
187603/12	252933/13	40513/12
369640/12	30010/07	383210/12
590862/11	605924/11	366854/12
586187/10	636070/12	276951/10
7987/12	735526/11	277036/10
484043/11	130253/12	324402/11
708339/10	743464/11	
1056436/14	546445/12	
257718/14	743316/11	
274675/15	196947/12	
422038/15	56452/12	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Ressalto, todavia, que o registro dos atos de admissão de pessoal acima não impedem nova apreciação, caso haja indícios de ilegalidades não apreciados.

Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal para as anotações pertinentes.

Por fim, encaminhar este expediente à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 398, §1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

I - Registrar as admissões de pessoal constantes nos processos:

7329/11	26958/11	40220/12	55485/16
7758/12	29221/11	40254/12	68072/16
10321/10	48285/11	40602/12	72576/16
14572/10	66062/11	40897/12	523486/06
15919/10	74979/11	41056/12	551161/06
47136/10	82211/11	59362/12	590930/06
49279/10	86314/11	28999/13	147089/07
79895/10	94716/11	56356/13	267530/07
10121/11	16744/12	64854/15	380298/07
17215/11	34033/12	27015/16	507344/07
18440/11	34130/12	31128/16	651119/07
22570/11	34220/12	36855/16	114885/08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

191278/08	300704/10	515298/10	181180/11
213077/08	324417/10	525099/10	181199/11
447213/08	325413/10	544573/10	181202/11
569327/08	333440/10	588228/10	187502/11
160961/09	336091/10	594732/10	201726/11
208212/09	363838/10	598967/10	204040/11
351783/09	391750/10	600210/10	215689/11
450153/09	391785/10	600295/10	221751/11
515166/09	399280/10	602115/10	226648/11
517975/09	402337/10	602476/10	235370/11
540020/09	407681/10	603391/10	242104/11
540047/09	408700/10	606749/10	242155/11
540055/09	410739/10	636630/10	242945/11
551863/09	421544/10	660069/10	247602/11
561281/09	423156/10	660352/10	251804/11
124485/10	436762/10	675236/10	251839/11
147752/10	444617/10	675775/10	260110/11
199639/10	448388/10	676658/10	272232/11
203458/10	453438/10	706026/10	275916/11
203466/10	473544/10	110445/11	287221/11
205639/10	476055/10	122389/11	300511/11
206970/10	494983/10	123709/11	300597/11
211302/10	498083/10	130411/11	308288/11
278660/10	500088/10	134190/11	331514/11
286060/10	500096/10	144366/11	331883/11
300160/10	500606/10	152407/11	338624/11



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

339795/11	442049/11	579630/11	713751/11
342540/11	444521/11	586040/11	717404/11
343113/11	465863/11	587870/11	721592/11
343270/11	466568/11	598707/11	728236/11
346384/11	466606/11	607943/11	730478/11
347909/11	467262/11	621954/11	733655/11
348069/11	481400/11	624171/11	743553/11
356720/11	492054/11	626646/11	749730/11
364927/11	504737/11	626786/11	117567/12
365788/11	511156/11	631046/11	118830/12
372075/11	511440/11	635238/11	130156/12
375724/11	516778/11	638342/11	133899/12
393234/11	518983/11	639446/11	142723/12
396969/11	520724/11	668187/11	151439/12
414320/11	520970/11	668195/11	151807/12
415467/11	522093/11	669167/11	152552/12
419721/11	522891/11	676457/11	154571/12
424083/11	529764/11	677178/11	155756/12
424440/11	552723/11	677593/11	163461/12
424458/11	564012/11	686240/11	184276/12
424598/11	565302/11	686355/11	205164/12
426183/11	565353/11	693548/11	213264/12
429930/11	567682/11	698183/11	213691/12
430024/11	567933/11	700404/11	216131/12
438661/11	569855/11	705473/11	246980/12
442022/11	574506/11	712615/11	262056/12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

273392/12	756067/12	873466/13	355683/15
306169/12	789380/12	257475/14	376915/15
321591/12	820164/12	269830/14	382575/15
350478/12	128345/13	371618/14	440044/15
388319/12	131788/13	388588/14	456854/15
392596/12	179160/13	419017/14	532348/15
406651/12	202049/13	430843/14	546640/15
424080/12	205048/13	432757/14	641481/15
444928/12	210114/13	529564/14	661709/15
456217/12	216732/13	547732/14	664317/15
483060/12	219251/13	564319/14	682293/15
486485/12	224719/13	573431/14	682757/15
487228/12	225839/13	602091/14	690300/15
508063/12	235800/13	728656/14	745929/15
510211/12	246674/13	768321/14	753182/15
521698/12	254618/13	774127/14	797660/15
555754/12	259326/13	812169/14	832546/15
631280/12	300806/13	847708/14	843700/15
633291/12	370561/13	121372/15	859932/15
643386/12	393642/13	149714/15	879291/15
643920/12	407015/13	165256/15	919196/15
657077/12	434594/13	180530/15	925455/15
671843/12	562541/13	203565/15	943259/15
677655/12	638781/13	316874/15	959066/15
718726/12	647415/13	323498/15	968014/15
734632/12	839985/13	331814/15	189469/16



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

286430/16	872591/13	378940/10	385368/14
286715/16	318158/10	490538/10	494302/14
1021160/14	384738/10	525714/10	496778/13
1052562/14	328208/14	611114/10	566750/13
1052821/14	531387/13	695130/10	594676/14
1103256/14	544296/14	209965/13	689703/13
1153482/14	599452/11	2425/14	772511/13
1156589/14	761196/13	394576/13	141723/11
1169915/14	806122/13	513296/12	152571/11
217000/15	308698/08	546744/14	248277/11
335160/15	357344/13	648615/11	35205/11
44349/15	960346/14	703349/11	407529/11
486656/15	1082577/14	174021/12	171851/11
576043/15	480816/14	569138/11	347992/11
638294/15	628805/14	1064595/14	109255/14
697576/15	722046/14	544199/14	228130/14
88958/15	912961/14	728877/14	247247/13
257102/13	28076/12	418504/11	320769/13
85210/14	407782/11	659510/11	4970/13
204033/13	574484/11	910167/13	553623/13
337854/12	243608/14	539476/11	558745/12
473450/13	244902/12	278606/13	658596/12
544337/12	45760/12	428741/14	733237/12
255001/11	612882/11	650730/12	850179/12
236772/12	718745/11	660284/13	873440/13
299600/12	326096/10	885492/14	915754/13



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

339056/14	568934/14	72569/11
650517/14	678353/13	273350/12
688398/12	701413/14	396749/13
472867/12	772163/13	401335/13
509160/13	784718/14	347110/13
674722/13	8334/14	611778/12
655252/12	888246/14	83476/12
34913/13	269968/13	1149167/14
460125/12	562596/14	762109/13
184333/11	858041/13	819402/13
113855/12	173998/12	729512/14
187603/12	252933/13	40513/12
369640/12	30010/07	383210/12
590862/11	605924/11	366854/12
586187/10	636070/12	276951/10
7987/12	735526/11	277036/10
484043/11	130253/12	324402/11
708339/10	743464/11	
1056436/14	546445/12	
257718/14	743316/11	
274675/15	196947/12	
422038/15	56452/12	
4504/15	464574/13	
491559/14	765833/13	
495590/15	726761/12	
50239/14	385274/11	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

II - Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal para as anotações pertinentes.

III - Por fim, encaminhar este expediente à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 398, §1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e os Auditores CLÁUDIO AUGUSTO CANHA e SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2016 – Sessão nº 21.

IVAN LELIS BONILHA
Presidente